

## MUDANÇAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NUM CONTEXTO DE RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO SOB O MODELO DE FLEXIBILIZAÇÃO NEOLIBERAL

**RESUMO** O pós-década de 1970, marcado por mudanças como desemprego estrutural, precarização das condições de trabalho, avanço da desregulamentação do mundo do trabalho, informalização da economia, tem contribuído para consolidar o denominado modelo de flexibilização neoliberal. Esta reconfiguração do mundo do trabalho, particularmente nas regiões metropolitanas do país tem sido acompanhada por importantes mudanças relativas ao desenvolvimento do ensino superior no país (especialmente o público e o privado). O artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças ocorridas no mundo trabalho a partir dos anos 1970/1980 no Brasil e suas articulações com o desenvolvimento do ensino superior no país neste contexto.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Ensino Superior; Modelo de Flexibilização; Neoliberalismo.

Recebido em 28/junho/2013

Aprovado em 17/dezembro/2013

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

Editor Científico: Murilo Sérgio Vieira Silva

Revista de Administração da UEG – ISSN 2236 1197

Edmar Aparecido de Barra e Lopes, graduado em História pela Universidade Federal de Goiás, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e Pós-doutor em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas, professor adjunto da UFG e UEG e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre as Novas Institucionalidades do Ensino Superior no Brasil. NEPIES-BR/UNESA, e-mail: ed.clio@hotmail.com.

**ABSTRACT** The post-1970s, marked by changes such as structural unemployment, casualization working conditions, advancing deregulation of the labor, informalisation of the economy has contributed to consolidate the so-called model neoliberal flexibility. This reconfiguration of the world of work, particularly in metropolitan areas has been accompanied by important changes relating the development of higher education in the country (especially public and private). The article, aims to analyze the main changes in the world of work from year 1970/1980 in Brazil and their connections to the development of higher education in the country in this regard.

**Keywords:** Labour Market; Higher Education; Model Flexibility; Neoliberalism.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar algumas das principais mudanças no desenvolvimento do ensino superior brasileiro, particularmente a partir do final dos anos 1980 e início de 1990, contexto no qual a reestruturação produtiva sistêmica se consolida com o modelo de estado neoliberal no país. Este autor tem, portanto, como pressuposto central de sua análise, a relação direta entre reconfiguração no mundo trabalho e “reestruturação do campo do ensino superior brasileiro”, principalmente do ponto de vista do crescimento quantitativo e de diferenciação institucional (MARTINS, 2000), além de mudanças organizacionais e administrativas (SEVERINO, 2008).

Na primeira e segunda parte, baseada diretamente em parte da tese de doutorado do autor, respectivamente intituladas: “*Globalização neoliberal e reestruturação produtiva: tendências recentes do emprego no âmbito nacional*” e “*Desemprego e informalidade no Brasil*”, procura contextualizar um conjunto de processos de mudanças ocorridas no mundo do trabalho a nível nacional, especialmente, no final dos anos 1980 e início de 1990, que associadas à consolidação do modelo de estado neoliberal, permitirão uma melhor compreensão do objetivo central proposto neste artigo.

Na segunda parte, “*mudanças no desenvolvimento do ensino superior no Brasil no contexto de flexibilização neoliberal*”, busca demonstrar - de forma geral - alguns dos principais aspectos relativos às transformações no ensino superior brasileiro (público e privado), resultantes da consolidação do modelo do estado neoliberal em tempos de acumulação flexível.

Na terceira parte, ressalta-se particularmente o “*crescimento quantitativo, diferenciação institucional e mudanças organizacionais e administrativas no ensino superior no país nós década de 1970*”.

Finalmente, na quarta parte, são analisado os “*principais desafios para o ensino superior brasileiro na atualidade*”.

## **2 GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: TENDÊNCIAS RECENTES DO EMPREGO NO ÂMBITO NACIONAL**

Nas últimas décadas, sobretudo no início dos anos 70, o capitalismo viu-se frente a um quadro crítico acentuado e, para, Antunes (1999: 35): “O entendimento dos elementos constitutivos dessa crise é de grande complexidade já que no mesmo período ocorreram transformações intensas (econômicas, sociais, políticas, culturais, ideológicas) com fortes repercussões na constituição da classe-que-vive-do-trabalho”.

Um olhar sobre a literatura especializada permite perceber que, particularmente nos anos 90, um intenso processo de reestruturação técnica, organizacional e patrimonial toma de assalto o país e reorienta a rota da indústria moderna local em direção a ajustes que cortaram empregos e benefícios em seu cerne, subvertendo regras de negociação de interesses e até mesmo direitos constituídos (Castro, 1998; Almeida, 1999; Azevedo, 2000). Nesse processo os empregos escassearam, absoluta e relativamente, em um movimento depredador dos postos protegidos de trabalho que se mostravam, até então, imunes aos ciclos. Autores têm denominado a esse conjunto de mudanças pelo qualificativo de “reestruturação sistêmica”<sup>1</sup> (Fleury, 1990; Cardoso, Caruso e Castro, 1997; Cardoso, 2000; Comin e Guimarães, 2002; Guimarães, 2004).

A mudança do paradigma de emprego (fordista) implicou na desregulamentação e deterioração brutal das condições de vida e de trabalho do operariado, um dos principais denominadores comuns dos híbridos *regimes de produção* pós-fordista. De outro modo, o novo paradigma de produção em curso tem transformado, de forma diversa, vários elos das cadeias produtivas e, nestes, o perfil e as atividades de distintos grupos de trabalhadores (Leite, 1997; Rizek e Leite, 1998; Abreu *et al.*, 1998).

Assim, nos anos 70 e, sobretudo, a partir dos 80 e 90, com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, operou-se uma mudança na correlação de forças entre as classes sociais (Ferrer, 1998). Essas transformações no mundo do trabalho, analisadas por

---

<sup>1</sup> Esses autores se referem ao caráter sistêmico da reestruturação que ocorre nos anos 90 como forma de distingui-la das mudanças que tiveram lugar nos anos 80. Assim, estas teriam um caráter mais conservador e circunscrito, uma face de simples atualização tecnológica, sendo, por isso mesmo, apenas potencialmente disruptivas, enquanto aquelas importaram em intensa reestruturação tecnológica e organizacional.

Antunes (1997) e Nunes e Sorria (1996) como crise do fordismo resulta na consolidação de novas tendências trabalhistas, caracterizadas por processos de redução do número de operários (trabalhadores industriais tradicionais), aumento da terceirização, heterogeneização crescente com a ampliação do número de mulheres operárias e subproletarização, caracterizada pelas novas modalidades contratuais que implicam em empregos precários e em tempo parcial. De modo geral, a literatura especializada tem apontado para o fato de que as transformações na esfera produtiva têm afetado a composição da força de trabalho, a organização dos requisitos empregatícios e a especialização, o volume de emprego, bem como as políticas de gerenciamento para remuneração, rotatividade e relações industriais (Dupas, 2000; Carvalho, 1991; Abramo, 1988; Gitahy, 1994-a e 1994-b; Leite, 1994; Bresciani, 1997; Lombardi, 1997; Carrion, 1997; Carrion e Garay, 1997; Castro, 1998).

Um dos principais impactos da reestruturação produtiva na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano de vida dos trabalhadores é a crise do “trabalho protegido” (Guimarães, 2004) e suas interfaces com o crescimento das atividades “informais”<sup>2</sup>, da qual falaremos a seguir. As consequências disso serão analisadas, a partir de um estudo empírico, no cotidiano de trabalho dos vendedores ambulantes da região central de Goiânia.

Com base em dados sobre o desemprego do Brasil metropolitano (IBGE, 1999) a partir do início dos anos 80 (quando as séries são mais consistentes), verifica-se que a dinâmica ocupacional nas metrópoles brasileiras, mais precisamente a partir de 1985, aponta uma tendência geral de crescimento deste em dois períodos distintos. Até 1990 o emprego na indústria, serviços e construção civil cresceu em torno de 20%, com destaque para este último setor, 28%. De acordo com Dupas (2000: 128):

A partir de 1990, os empregos industriais desabam (-38%), a construção civil perde 5% e só nos serviços o número cresce um pouco. Em resumo nos sete anos que seguiram à abertura do governo Collor (1991-1998), o Brasil metropolitano perdeu 4% dos seus empregos, quando havia ganho 20% nos anos anteriores.

---

<sup>2</sup> Segundo Maia (2007: 20) “O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do país (Tabela 2.1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é de 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%). Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população”.

Trata-se, ainda segundo o autor (idem, ibidem), de “uma grande alteração no mercado de trabalho brasileiro, especialmente no referido período da chamada segunda grande onda de reajustes estruturais”, evidenciada particularmente pela “dramática queda de empregos industriais e o forte crescimento de postos de trabalho nos serviços, setor em que o “informal” é mais típico”<sup>3</sup>.

A análise, nesse período, da evolução da distribuição das pessoas empregadas por tipo de ocupação nas metrópoles brasileiras evidencia a explosão do trabalho “informal” ou flexível, contribuindo para demonstrar que o ano de 1990 se caracteriza mais e mais como um momento de ruptura com o antigo paradigma do mercado de trabalho.

Nesse sentido Dupas (2000) demonstra com base nas referidas fontes do IBGE (1999), que o número de empregos gerados com carteira assinada passa de um crescimento de 23% (1986-1990) para uma queda de 27% (1991-1998). Enquanto isso, os trabalhadores sem carteira saem de uma modesta ascensão de 5% (1986-1990) para 30% (1991-1998).

Esse movimento significou nos últimos sete anos, uma perda de 2,1 milhões de postos de trabalho no setor “formal” e um ganho de 1,6 milhões de postos no setor “informal”, sendo que o chamado “informal por conta própria”<sup>4</sup> teve nível recorde de crescimento nos dois períodos considerados, sempre em processo de aceleração. Isso demonstra, também, que ao longo do “total do intervalo analisado, os trabalhadores com carteira perderam 4% dos postos, enquanto os sem carteira ganharam 35% e os “por conta própria” saltaram 61% acima do nível que apresentavam em 1985” (Dupas, 2000: 128).

Sobre o avanço recorde e o papel da categoria “informal por conta própria” no mercado de trabalho, Dedecca e Baltar (1997: 74-75), argumentam que:

A nova dinâmica econômica (caracterizada pela reestruturação produtiva) estimula o aumento do setor “informal”, seja ao forçá-lo a incorporar assalariados desempregados de baixa qualificação em atividades precárias (comércio ambulante, serviços domésticos, etc.), seja ao promover a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de assalariados de melhor qualificação que perderam seus empregos. Estes trabalhadores têm como objetivo fornecer seus bens ou serviços ao setor organizado ou desenvolver serviços para atender ao novo estilo de vida que vai emergindo nas grandes cidades (alimentação fora de casa, assistência técnica em informática, etc.).

---

<sup>3</sup> Segundo Dupas (2000: 128): “essas conclusões devem ser relativizadas pela tendência recente de deslocamento de atividades industriais das regiões metropolitanas para cidades menores, visando condições sindicais e de salários mais favoráveis ao empregador. Ainda assim, a tendência geral e a as conclusões básicas se mantêm”.

<sup>4</sup> Nessa categoria de trabalhadores se incluem, entre outros, os ambulantes “clandestinos” do centro histórico planejado de Goiânia, objeto desta pesquisa.

Em suma, esses fenômenos que fazem parte da mudança do paradigma do emprego no Brasil na pós-abertura dos anos 90 acarretaram importantes consequências. Particularmente no modo como o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho e, por consequência, sobre o modelo que passa a orientar as mudanças no desenvolvimento do ensino superior no Brasil no contexto de flexibilização neoliberal, pós década de 1970, como será visto a seguir.

### **3 MUDANÇAS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DE FLEXIBILIZAÇÃO NEOLIBERAL**

Neste contexto de precarização, informalização, desemprego estrutural e crescente desregulamentação do mundo do trabalho, conduzidos pelas políticas do estado neoliberal, especialmente a partir do final dos 1980 e início de 1990, o desenvolvimento do ensino superior no Brasil assume novos contornos: nas universidades públicas e privadas. As últimas passam a experimentar um cenário muito favorável a um processo de expansão. As primeiras, por sua vez, experimentam a persistência da escassez de recursos associada a tendências privatizantes (Sobrinho, 1999; Oliveira, 1995).

As universidades privadas passam por um crescimento muito significativo, em parte como resultado da hegemonia de teses que fazem a crítica da simples presença no campo educacional como forma solucionar os graves problemas que afetam o campo educacional. Este cenário ideológico tem alimentado um processo, sobretudo a partir do início dos anos de 1990, que – de um lado – estimula o crescimento da precarização, terceirização e sucateamento das universidades públicas e – de outro lado – favorece a expansão/criação de universidades privadas. Desta forma, resulta pouco a pouco a consolidação da privatização do ensino superior no país neste contexto. (Martins, 1988; 1989; 1993; Helena, 2000). Neste sentido, Martins (2002) explica-nos:

O ensino superior brasileiro, num intervalo de três décadas e meia, experimentou significativas mudanças em sua configuração e funcionamento. No início dos anos de 1960, o sistema contava com aproximadamente uma centena de instituições, a maioria delas de pequeno porte, localizadas predominantemente nos centros urbanos, voltadas para atividades de transmissão do conhecimento e contando com um corpo docente com escassa profissionalização acadêmica. Esses estabelecimentos, vocacionados, fundamentalmente, para a reprodução de quadros da elite nacional, e, em geral, cultivando um *ethos* e uma mística institucional, abrigavam pouco mais de 100 mil estudantes, com predominância do gênero masculino. Tal quadro contrasta fortemente com a complexa rede de estabelecimentos públicos e privados que se constituiu ao longo desses anos segundo os dados do Censo da Educação Superior de 1999, o sistema abrangia 1097 estabelecimentos, absorvia 2,4 milhões de alunos de graduação e aproximadamente 80 mil nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* que cobre todas

as áreas do conhecimento. No bojo desse processo de mudanças, houve a incorporação de um público mais diferenciado socialmente, o que aumentou bastante o contingente de estudantes do gênero feminino e daqueles já integrados no mercado de trabalho, bem como um acentuado movimento de interiorização e regionalização da oferta de ensino superior

Ou ainda, conforme (Schwartzman, S. 1993. Apud: SAMPAIO, 2011, p. 02)

Desde a segunda metade do século XX, o relativo equilíbrio que caracterizava a relação público e privado na educação superior no Brasil, em termos de número de instituições e de matrículas, rompeu-se em decorrência da natureza da expansão do sistema. Liderada pela iniciativa privada, no início dos anos 1970, a expansão foi impulsionada pela pressão de diversos segmentos da sociedade brasileira, que se tornava cada vez mais urbana e industrializada

De modo geral as políticas neoliberais no campo educacional, tem procurado expandir e promover o acesso e permanência do aluno ao ensino superior, independente de ser este: público ou privado, comunitário ou filantrópico (Henrique & Lazaro, 2004), (Helene, 2004). Sampaio (2011) ressalta algo muito importante e que, não raramente, foge a muitas análises que tendem a tratar ensino superior privado e público como blocos homogêneos, opostos e regulados por lógicas necessariamente distintas. Trata-se de sua preocupação de lembrar que estas duas esferas são dinâmicas e também internamente heterogêneas e que, muitas vezes, algumas de seus segmentos se configuram apresentando muito mais semelhanças do que diferenças.

A autora ressalta que a dinâmica relatada não é uma particularidade da expansão do ensino superior contemporâneo no Brasil, mas característica registrada nos sistemas de ensino superior em quase todo o mundo. Igualmente, alerta para o fato de que, embora as mudanças observadas no Brasil, em relação ao ensino superior, siga tendências observadas em grande parte do mundo, também apresenta particularidades associadas, por exemplo, a múltiplos fatores relacionados às peculiaridades: históricas e políticas, econômicas e sociais, culturais e *etc.*, de marcam cada país (SAMPALIO, 2011). Esta autora apresenta dados importantes que permitem uma leitura mais clara do desenvolvimento do ensino superior no país no chamado contexto de flexibilização neoliberal

#### **4 CRESCIMENTO QUANTITATIVO, DIFERENCIAÇÃO INSTITUCIONAL E MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS E ADMINISTRATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NO PAÍS NÓS DÉCADA DE 1970**

É cada vez mais consolidada a realidade e inquestionável a crescente proeminência do mercado no processo de expansão do campo educacional no Brasil pós década de 1970. O que reforça a ideia de que a dinâmica das sociedades capitalistas incessantemente produz e aumenta a massa de mercadorias, tanto pela maior capacidade de produzi-las, quanto pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria. Sendo que no limite tudo seria transformado em mercadoria (MARX; ENGELS, 1998). Observa-se, neste sentido, também no campo educacional, uma forte expansão da educação superior no Brasil e sua intensa mercadologização (GORGULHO, 2008).

É o que podemos abaixo conforme exposição de Sguissardi (2008, p. 997-998), baseada na Sinopse Estatística da Educação Superior (MEC/INEP), sobre a evolução das matrículas da educação superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – entre 1964-1994, onde afirma:

“1. Ao se implantar no país o regime militar-autoritário, a cobertura do *sistema* era mínima e ainda predominavam as matrículas em IES públicas à razão de 61,6% contra 38,4% do contingente de estudantes nas IES privadas, em geral confessionais. Para um total de 142 mil matrículas, 87 mil eram públicas e 54 mil, privadas.

2. Com ponto de partida tão baixo, a tarefa do crescimento foi até certo ponto facilitada; nos primeiros 10 anos do regime, esse montante foi multiplicado por mais de cinco vezes, passando de 142 mil para 937 mil matrículas (aumento de 559,8%). Sob o “espírito” do regime político, ocorre de forma marcante o primeiro grande movimento de privatização do *sistema*. As matrículas públicas tiveram um crescimento muito inferior à média (289,1%) e muito distante do crescimento das matrículas privadas ((990,1%), o que fez mais do que se inverterm as proporções da década anterior: são agora 36,4% as matrículas públicas e 63,6% as privadas.

3. O crescimento das matrículas na segunda década do regime militar-autoritário é muito diminuto: apenas cerca de 50% ou menos de 5% ao ano ou, ainda, um crescimento quase 10 vezes menor do que o da década anterior.

4. Deu-se aqui, nos anos de 1974 a 1984, uma pequena inversão nos percentuais de crescimento das matrículas públicas e privadas: 67,7% e 38,7%, respectivamente. As proporções ficaram sendo: 40,9% de matrículas públicas e 59,1% de privadas.

5. Ainda muito menor que na década anterior foi o crescimento das matrículas totais nesta terceira década do período e primeira em clima de abertura política. Ao longo dos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, os efetivos da educação superior aumentaram apenas 18,7%, cerca de 1,5% ao ano. Ao final desta década, encontrava-se praticamente inalterada a proporção entre matrículas públicas e privadas, após a grande inversão dos anos de 1964-1974: são agora 41,6% públicas e 58,4% privadas.

Já em relação ao período que corresponde à evolução do número de instituições e de matrículas de educação superior por categoria administrativa (público e privada), ou seja, entre 1994 e 2006, Sguissardi (2008, p. 999-1000) afirma:

1. Retoma-se e recrudescer o processo de expansão pela via da privatização, que permanecia estável desde o final dos anos de 1970. Isto se verifica tanto pela evolução do número de IES quanto pela do montante de matrículas públicas e privadas.

2. No octênio 1994-2002 quase dobra o número de IES – 851 para 1.637 ou 92,4% de aumento –, mas as IES públicas reduzem seu número em -10,5% contra um aumento de 127,8% das IES privadas. A proporção, que em 1994 era de 25,6% públicas e 74,4% privadas, agora, em 2002, é de 11,9% públicas e 88,1% privadas.

3. Quanto às matrículas, dá-se, no octênio 1994-2002, um crescimento total de 109,5%, entretanto, registrando-se apenas 52,3% de aumento para as matrículas públicas, contra 150,2% para as matrículas privadas. Isto fez com que a proporção bastante estável, durante cerca de 20 anos, em torno dos 40% de matrículas públicas e 60% de matrículas privadas passasse em oito anos para 30,2% públicas e 69,8% privadas.

4. No quadriênio seguinte – 2002-2006 – o ritmo de crescimento de IES foi menor – 38,7%. Entretanto, em lugar do decréscimo verificado no octênio anterior, houve um aumento de 27% das IES públicas, ainda assim abaixo da média e insuficiente para ombrear-se com o crescimento das IES privadas que foi de 40,2%.

5. Ainda neste quadriênio, com um ritmo de crescimento também menor das matrículas do que no subperíodo anterior – 34,3% –, a desproporção no crescimento entre matrículas públicas e privadas foi quase idêntica à do octênio 1994-2002: 15% públicas e 42,6% privadas. Isto fez com que a proporção público-privado, nas matrículas, avançasse ainda mais na mesma direção anterior: 25,8% públicas e 74,2% privadas.

6. Finalmente, Finalmente, verifica-se que mais do que o crescimento desproporcional do número de IES no período 1994-2006 – 13,7% públicas para 219,4% privadas – chama a atenção o processo de privatização das matrículas: em 12 anos, as públicas cresceram 75% contra 275,2% das privadas

Já em relação às mudanças organizacionais e administrativas no ensino superior brasileiro no contexto neoliberal pós década de 1970, o modelo de acumulação flexível que caracteriza o contexto histórico do capitalismo na periodização em questão sobre a análise do ensino superior no Brasil, implica também uma profunda reestruturação tecnológica, organizacional e administrativa das IES, independente de sua natureza: pública ou privada, comunitária ou filantrópica. Na base destas mudanças, estão transformações sociais e políticas e econômicas - que no pós década de 1970 - precipitou o processo de obsolescência dos sistemas de planejamento e gestão das IES.

Participa na composição deste cenário outras importantes variáveis, tais como: a necessidade crescente das IES, de forma geral, necessitarem de refletir sobre as cada vez mais desiguais, combinadas e complexas, exigências de uma sociedade em célere processo de diferenciação em todos os campos constitutivos da mesma. De outro lado, forma cada vez mais sistemática e imperiosa, assume centralidade a ascendente necessidade do controle de custos das atividades das IES.

Este cenário de mudanças legitima as palavras de Drucker (2000), quando afirma que, nas próximas cinco décadas, as universidades e escolas passaram por profundas transformações e inovações, rompendo com o modelo que nos últimos trezentos anos se organizaram em torno na mídia impressa. Neste sentido, as novas tecnologias da informação resultante da terceira revolução técnico-científica, em curso, exigem mais e mais que se repense a cultura pessoal e organizacional das IES. De outro modo:

A organização para a mudança requer um alto grau de descentralização. Isto porque a organização deve ser estruturada para tomar decisões rapidamente. E essas decisões devem ser baseadas na proximidade - com o desempenho, com o mercado, com a tecnologia, e com todas as muitas mudanças ocorrentes na sociedade no meio ambiente, na demografia e no conhecimento que propiciarão as oportunidades para a inovação (Drucker, 2000, p.7. Apud: Masetto, 2003, p.02).

Masetto (2003) destaca que a reestruturação organizacional-administrativa das IES no contexto de acumulação flexível, tem sido estimulada, em particular por: a) alterações provocadas por mudanças na sociedade e; b) alterações que traduzem na vida das instituições as reflexões atuais sobre concepções intrínsecas à missão da Educação Superior.

Outro autor (SEVERINO, 2008), entretanto, também analisando as mudanças organizacionais e administrativas das IES no país, no referido contexto, ressalta outras questões que não podem ser ignoradas sob pena de uma análise muito parcial da questão. O autor destaca, em particular, nesta sua análise, “o amplo e contínuo processo, conduzido pelo Estado, de sua reconfiguração organizacional e administrativa, mas também a ambígua” (2008, p. 01).

Este autor observa que o quadro atual de instituições de ensino superior, bem como seu forte processo de expansão demonstra a força de um modelo (o da instituição isolada frente ao modelo universitário efetivamente) e o força mais e mais consolidada da opção privatizante do campo educacional. Nesta linha, destaca que:

“(…) sua evolução a partir dos anos setenta do século passado, impressiona ver o crescimento da iniciativa privada em relação às iniciativas do poder público. Das 2.165 instituições registradas pelo Cadastro do INEP, de 2005, apenas 231 são instituições públicas, o que corresponde a 10,7% do total. Em 1996, as instituições públicas respondiam ainda por 23%; a queda atual mostra bem a tendência do desenvolvimento desse setor educacional. Das 922 entidades em 2005, 211 eram públicas e 711 particulares. (TRIGUEIRO, s/d. Apud: SEVERINO, 2008).

Destaca neste modelo de expansão das IES no Brasil pós década de 1970, uma adaptação e re-adaptação organizacional e administrativa constante no sentido de adequar-se à dinâmica do contexto da dinâmica capitalista pautada pela globalização neoliberal da economia e da cultura. Dinâmica na qual o Brasil, assume um lugar marginal na divisão internacional do trabalho, que marca e modifica profundamente as características internas na esfera econômica, social e cultural e, portanto, com efeitos diretos e indiretos na composição das características do modelo de expansão no ensino superior no país (FRIGOTTO, 2006; PAULANI, 2006, IANNI, 1995)<sup>5</sup>.

Fazendo coro com Saviani (1980), Severino (2008), também critica o destemperado exercício legislativo: da nova LDB; do Plano Nacional de Educação, de 2001; do PDE; do e 2007, e vários Programas Especiais, como o PROUNI e do REUNI, que impõem a aderência à via da privatização crescente do campo educacional - sem o devido diálogo com a sociedade civil. Igualmente critica a “(...) aceitação de que pode haver boa formação universitária sem produção de conhecimentos, sem pesquisa na área de ensino a que uma instituição se dedica (SAVIANI, 2003, p. 14-15), conforme defende a agenda neoliberal no que tange ao funcionamento e desenvolvimento das IES no país. Assim, as referidas mudanças organizacionais e administrativas no ensino superior brasileiro, através do poder público brasileiro:

---

<sup>5</sup> Na mesma linha e com base nesses autores, Severino (2008, p. ), lembra que, do ponto de vista econômico, o Brasil vem experimentando, desde o início da década de 1980, um claro retrocesso no perfil de suas atividades e na forma de sua inserção na produção mundial, produzindo quase que só *commodities*, com alta escala de produção, baixo preço unitário, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas. Assim, a sociedade brasileira, pela sua elite, fez opção pelo projeto societário capitalista neoliberal, que insere o Brasil na divisão internacional do trabalho como produtor de bens básicos, de pouca elaboração industrial, do que decorre sua condição de associação consentida e de subalternidade com relação à ciência e à tecnologia. Na produção econômica, o país desenvolve apenas o trabalho simples, dispensando a necessidade de criação de tecnologia própria, nacional, e conseqüentemente do trabalho complexo, reduzido e concentrado em setores específicos de excelência. Para implementar esse projeto societário, procede-se à reforma do Estado, à reestruturação produtiva e à flexibilização dos direitos dos trabalhadores. Coerente com essa opção política e econômica, a educação, em sua relação com o trabalho, é entendida sob a consígnia da Teoria do Capital Humano, destinando-se em sua prática a formar profissionais em sua imensa maioria para o trabalho simples (Gentili, 2002; Frigotto, 2006; Paulani, 2006. Apud: SEVERINO, 2008, p.77-78).

“(...) desde meados dos anos de 1990, busca implementar, com base na legislação e em seus programas, uma política de diversificação e diferenciação, com vistas a reconfigurar o sistema de educação superior, associando os princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação, bem no ritmo das pressões da agenda neoliberal que vem se impondo hegemonicamente nas últimas décadas. (OLIVEIRA, 2006, p. 11. Apud: SEVERINO, 2008)

## 5 PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NA ATUALIDADE

Finalizando, tomou-se como base o relatório organizado em conjunto pela UNESCO, CNE e MEC, intitulado “*Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década*” teríamos várias temáticas a serem tratadas (SPELLER, ROBL & MENEGHEL, 2012). Entretanto, neste trabalho limitar-se-á apenas a três, e de forma panorâmica, já que o tratamento aprofundado destas implicaria na necessidade de um novo e extenso artigo.

Entre os principais desafios colocados para o ensino superior brasileiro na próxima década, este relatório destaca: 1) as experiências recentes de inovação na Educação superior – o contexto internacional; 2) o uso de tecnologias na educação superior; 3) a educação superior: expansão qualificada.

Em relação ao primeiro ponto, *as experiências recentes de inovação na Educação superior – o contexto internacional*, o relatório ressalta afinado convergindo com análises anteriores sobre o desenvolvimento recente do ensino superior no país. As últimas décadas tem imposto as IES a necessidade de redesenharem sua cultura organizacional, bem como de mudar conforme as novas mudanças assimiladas pelas IES em ralação a uma sociedade em constante e acelerada mudança. O tema relativo às experiências recentes de inovação na educação superior tem sido debatido no contexto internacional cada vez mais, especialmente as tendências mundiais das inovações na educação superior, destacando o modelo de inovações adotado, as experiências dos países asiáticos e latino-americanos. Sobre a inovação no desenvolvimento do ensino superior no país e suas tendências mundiais, Speller, Robl e Meneghel (2012, p. 46), explica:

O termo geralmente utilizado para designar essa competência é *inovação*, ou seja, a propriedade de renovar-se, de modificar padrões preestabelecidos, de romper paradigmas e de reinventar-se. Várias são as experiências em andamento, levadas a cabo por diferentes instituições, em distintas partes do mundo. Essas tentativas provocam várias indagações sobre a efetividade das conquistas em termos de processos e aspectos organizacionais.

Speller, Robl & Meneghel (2012) defende um modelo de inovação na educação superior, que seja capaz de indagar sobre seus objetivos e beneficiários. Observa que qualquer projeto de inovação deve ter em conta sua responsabilidade social, a definição da missão e o projeto de nação. Ainda: inovar quebrando fronteiras entre disciplinas. Inovar com criação de universidades com todas suas áreas articuladas, com a introdução da interdisciplinaridade, com o desaparecimento da cátedra vitalícia, centrando a formação no estudante e criando para isso sistemas flexíveis como os que permitem o sistema de créditos e estimular o desenvolvimento da extensão para reforçar os vínculos com a sociedade, entre outros. Inovar utilizando a informática na organização: dos estudos; do ensino aberto ou da distância; da criação ou o desenvolvimento de redes cooperativas; da integração entre pesquisa e formação dentro de uma perspectiva multidisciplinar para ajudar a resolver problemas de desenvolvimento; de atividades que visem fornecer aos estabelecimentos de ensino superior condições para sair de seu isolamento em relação ao conjunto do sistema educacional.

No que concerne ao segundo ponto, *o uso de tecnologias na educação superior*, trata-se de uma realidade que tem como parte central de seu compósito as profundas mudanças experimentadas pela sociedade com globalização neoliberal, tais como: escala global de alcance dos meios de comunicação, a ao lado da crescente capacidade e velocidade de armazenamento, processamento e uso da informação. Neste contexto o campo educacional, particularmente a educação superior, não somente é influenciado por tais transformações, mas também deve se configurar como elemento central da sociedade do conhecimento (BARONE, 2012). O mesmo autor, explica:

Esse é o contexto que deve orientar a utilização crescente das novas tecnologias de informação e comunicação na educação, sobretudo na educação superior. A ampliação das possibilidades dos processos formativos e a sua necessária conexão com a vanguarda da produção do conhecimento são elementos que requerem reflexão. A criação de novos padrões de interação entre as pessoas e as mudanças culturais decorrentes disso, com fortes impactos nos processos de aprendizagem e de gestão dos processos educacionais, tem destaque entre os temas que requerem estudos e debates acadêmicos. A superação do simples contraste de pontos de vista inconciliáveis – legítimos, mas incapazes de abranger a riqueza contida nesse campo – é absolutamente necessária e urgente. Esse é o contexto em que o tema *Uso de Tecnologias na Educação Superior* integrou a oficina *Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década*. (Barone, 2012, p.94).

Alguns desafios destacados pelo citado relatório, entre outros, para o uso de tecnologias na educação superior para o período de 2010-2020, podem ser embasados, por exemplo: nas questões colocados pela expansão crescente da modalidade EAD ofertada nas

IES brasileira. Realidade acompanhada por mudanças no próprio paradigma dos programas, cada vez mais abertos e flexíveis, bem como pela a emergência de uma nova cultura de ensino e aprendizagem na universidade, mediada por novos aparatos que colocam em interrogação os fundamentos epistemológicos dos saberes (BARONE, 2012).

Quanto ao terceiro e último ponto que finaliza este artigo, a educação superior: expansão qualificada, Luce (2012, p. 128) destaca que “(...) o PNE 2011-2020 deverá conter objetivos, metas e meios abrangendo a educação básica e a educação superior, bem como as suas modalidades (...)”. Ademais, defende que é necessário que o mesmo “(...) seja compreendido para ser formulado e, a seguir, praticado como produção na/da tensão entre a sociedade (a cidadania) e a esfera política (o Estado) (...)”. Acrescenta também que para a educação superior, objeto do presente debate, “(...) o CNE indicou ao PNE 2011-2020 o objetivo de democratizar e expandir a oferta de educação superior, sobretudo da educação pública, *sem descurar dos parâmetros de qualidade acadêmica (...)*” com as seguintes metas: (...)

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

Meta 13: Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

De outra, forma, segundo palavras de Aquino (2012), é urgente a necessidade de novas formas de analisar o mundo. É necessário considerá-lo com uma visão global e sistêmica. E também, há necessidade de um modelo holístico para a IES no século XXI, que responda às seguintes indagações preliminares:

A) Qual é a base comum da formação superior a ser perseguida neste tempo de inegável revolução tecnocientífica e ampla mudança de padrões culturais? B) Que projetos universitários estimulariam diferenciações colaborativas e complementares? C) Como colocar a pesquisa das universidades brasileiras na centralidade do desenvolvimento e do progresso sustentável da sociedade? D) Como fazer do espaço da extensão o elemento de visualização e fomento das iniciativas colaborativas e complementares? E) Como estimular, promover, desenvolver e consolidar projetos de desenvolvimento social pelas e nas comunidades universitárias? (Aquino, 2012, p. 137-138)

Em síntese, neste cenário histórico (2010-2020) relativo às IES no país, segundo o relatório “*Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020*” (MENEGHEL; SPELLER; ROBL, 2012), destaca-se como urgente algumas expectativas: a) aceleração dos avanços em ciência e tecnologia; b) fortalecimento da aprendizagem das ciências básicas e suas repercussões na IES, mas, sobretudo, nos ensinamentos fundamental e médio; c) novas metodologias para novos alunos e para novos problemas; d) qualificação geral do povo pela educação, pela atuação dos poderes e dos agentes sociais empreendedores nas duas pontas do processo: a de base e a avançada. E, para tanto, é fundamental:

Pensar sempre e renovadamente a universidade, reinventá-la nos primórdios do século XXI, é a tarefa que nos é proposta e aceita como compromisso moral e social. A universidade pensando a universidade (Aquino, 2012, p. 139).

## **REFERÊNCIAS**

- ABRAMO, L. A subjetividade do trabalhador frente à automação. In: NEDER, R. (Org.). *Automação e Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988. p. 133-176.
- ABREU, A. R. de P. et al. Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais do processo de “terceirização” em três regiões do país. Relatório final do projeto, programa de pesquisa em ciência e tecnologia, qualificação e produção. Rio de Janeiro: Cedes/Finep/PCDT-CNPq, 1998.
- ALMEIDA, P. H. de. Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador. Salvador: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Faculdade de Ciências Econômicas, 1999. (mimeo).
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.
- AQUINO, M. F. de. Diversificação de IES – alternativas ao modelo estatal. Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil. In: SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (Orgs.). *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020*. Brasília: UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- AZEVEDO, J. S. G. de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 1 p. 49-67, jun. 2000.

- BARONE, P. M. V. B. Uso de tecnologias na educação superior. In: SPELLER, P.; ROBL, F.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- BRESCIANI, L. Tecnologia & Trabalho, Capacitação & Aprendizado: será que também dá samba? Campinas: Instituto de Geociências/UNICAMP, 1997. (mimeo)
- CARDOSO, A. Trabalhar, verbo transitivo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- CARDOSO, A.; CARUSO, L. e CASTRO, N. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil?, Contemporaneidade e Educação, ano 2, n. 1, p. 7-23, mai. 1997.
- CARRION, R. S. M. Reestruturação produtiva, organização e gestão do trabalho. XVI Encontro da Associação Nacional de Programa de Pós-Graduação em Administração/ANPAD, 1997, Rio de Janeiro, Águas Claras, 1997.
- CARRION, R. S. M.; GARAY, A. B. S. O mercado de trabalho na indústria petroquímica gaúcha. XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 1997, Rio das Pedras. Anais do XXI Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração, 1997.
- CASTRO, N. de. Qualificação, mercados e processos de trabalho: estudo comparativo no complexo químico brasileiro. Relatório final do subprojeto 7. São Paulo, 1998.
- COMIN, A. A.; GUIMARÃES, N. A. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. In: LAVINAS, F. L. L. (Org.). Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Santiago: CEPAL, 2002. p. 11-30.
- DEDECCA, C. S.; BALTAR, P. E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. Estudos econômicos, São Paulo, v. 27, número especial, p. 65-84, 1997. Disponível em: <http://www.estecon.fea.usp.br/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. Acesso em: 20 jan. 2008.
- DRUCKER, P. A nova sociedade das organizações. In: HOWARD, R. (Org.) Aprendizado organizacional. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.1-7.
- DUPAS, G. Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FERRER, F. Reestruturação capitalista: caminhos e descaminhos da tecnologia da informação. São Paulo: Moderna, 1998.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 241-260.
- GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. São Paulo Perspectiva, n. 8, p. 144-153, jan/mar. 1994-a.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. In: GITAHY, L. (Org.). Reestructuración Productiva, Trabajo y Educación en América Latina. Campinas-SP: IG/UNICAMP/Buenos Aires: RED, 1994-b. p. 109-122.

GORGULHO, V. A consolidação do mercado. *Ensino Superior*, São Paulo, n. 101, fev. 2007. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=11892>>. Acesso em: 15 out. 2013.

GUIMARÃES, N. A. *Caminhos Cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. São Paulo: Editora 34, 2004.

HELENE, O. Comentários sobre o financiamento do ensino superior. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ano XIV, n. 33, jun. 2004. p. 64-67.

HENRIQUES, R.; LÁZARO, A. Financiamento. *Cadernos do MEC*, v. 1, n. 1, jul. 2004. p. 36-42.

IANNI, O. *A sociedade global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEITE, M. P. Qualificação, desemprego e empregabilidade, *Perspectiva*, Fundação Seade, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 64-69, 1997.

\_\_\_\_\_. Reestruturação Produtiva, Novas Tecnologias e Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra. In: MATTOSO, J. et al. *Mundo do Trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: MTb/CESIT/Scritta, 1994. p. 563-587.

LOMBARDI, M. Reestruturação produtiva e condições de trabalho: percepções dos trabalhadores. São Paulo: UNICAMP, 1997. (mimeo)

LUCE, M. B. Expansão qualificada: duas perspectivas sobre os desafios na educação superior brasileira na próxima década. In: SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane;

MENEGHEL, S. M. (Orgs.). *Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020*. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013

MAIA, A. G. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. *Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho: Política Econômica e Mercado de Trabalho - 2000/2006*, n. 6, p. 15-23, mai./ago. 2007.

MARTINS, C.B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo, Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. O novo ensino superior privado no Brasil. In: MARTINS, C.B. (org.). *Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. “Caminhos e descaminhos das universidades federais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.23, out. 1993, p.48-55.

\_\_\_\_\_. A formação de um sistema de ensino superior de massa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc.* vol.17 no.48 São. Paulo Feb. 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000100012> .

\_\_\_\_\_. O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo Perspectiva*. [online]. 2000, vol.14, n.1, pp. 41-60. ISSN 0102-8839. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006>.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo-SP: Ed. Popular, 1998.

MASETTO, M. *Inovação na Educação Superior*. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Interface (Botucatu) vol.8 no.14 Botucatu Sept./Feb. 2004. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832004000100018>. Acesso em: 15 nov. 2013.

NUNES, C. G. F. e SORIA, A. L. Crise Econômica e Crise na Cultura do Trabalho, Sociedade e Estado, Revista Semestral de Sociologia, v. XI, n. 2, jul.-dez. 1996. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1996.

OLIVEIRA, J. F. de. Reforma da educação superior: mudanças na gestão e metamorfose das universidades públicas. In: PEREIRA, F. M. de A.; MULLER, M. L. R. Educação na interface relação estado/sociedade. Cuiabá: EDUFMT/ Capes, 2006. v. 1, p. 11-21.

OLIVEIRA, R. P. Política educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006. p. 67-83.

RIZEK, C. S.; LEITE, M. P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. Cadernos Pagu, Campinas, v. 10, p. 281-308, 1998.

SAMPAIO, H. O ensino superior no Brasil: o setor privado. São Paulo, Fapesp/Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades transformações. Revista de Ensino Superior da Unicamp, 2011. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e>. Acesso, 23/10/2013.

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. Educ. rev. [online]. 2008, n.31, pp. 73-89. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602008000100006>.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Exposição feita na Mesa Redonda “Políticas de Educação Superior: impactos nos processos de ensinar e aprender na universidade”, do I Colóquio Internacional sobre Ensino Superior: complexidade e desafios na contemporaneidade, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), de 27 a 29 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação e privatização no ensino superior. In: TRINDADE, Hégio ( Org). Universidade em Ruínas: na república dos professores. Rio Grande do Sul: Editora Vozes, 1999.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década: 2011-2020. Brasília : UNESCO, CNE, MEC, 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964por.pdf>. . Acesso em: 28 nov. 2013.